

Verdades e desestabilizações: crise, crítica e clínica na trama da imanência

Truths and destabilization: crisis, critique and clinic in the plot of immanence

Verdades y desestabilización: crisis, crítica y clínica en la trama de la inmanencia

Roberta Carvalho Romagnoli

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil.

Resumo

Este texto pretende problematizar crise, crítica e clínica através de um plano de imanência no qual coexistem linhas molares e moleculares, reproduções e invenções. Baseado nas ideias de Deleuze e Guattari, a crise emerge como movimento de desestabilização, que tanto pode forçar a saída de territórios conhecidos, como se garantir em microfascismos. Por outro lado, a crítica é discutida em associação ao cuidado de si, de Michel Foucault, associada à conquista de autonomia, à possibilidade de nos libertarmos a nós mesmos das racionalidades e tecnologias de poder da sociedade atual. Nessa perspectiva, a clínica corre o risco de silenciar a crise, ao buscar uniformizar condutas, igualar modos de agir com modelos de sujeitos. Mas também pode se agenciar com a invenção ao sustentar multiplicidades, conexões entre diversos elementos que possuem dimensões próprias e conservam suas diferenças. Assim, crise, crítica e clínica podem formar planos de expansão da vida.

Palavras-chave: Micropolítica; Crise; Crítica; Clínica

Abstract

This paper intends to discuss the crisis, critique and clinic through a plane of immanence with the coexistence between molar and molecular lines, reproductions and inventions. Based on Deleuze and Guattari's ideas, the crisis emerges as destabilizing movement which both operates to force out of known territories and to ensure microfascisms. On the other hand, critique is discussed in association with the Michel's Foucault concept Care of the Self, associated with the autonomy's achievement, the ability to escape of the rationalities and power technologies of our society. In this perspective, clinic risks to silence the crisis, to standardize the practices with subject models. But you can also connect with the invention when you sustain multiplicities, connections between various elements that have their own dimensions and retain their differences. Thus, crisis, critique and clinic can form expansion plans of life.

Keywords: Micropolitics; Crisis; Critique; Clinic

Resumen

Este trabajo se propone discutir la crisis, crítica y clínica a través de un plano de inmanencia en el que coexisten líneas molares y moleculares, reproducciones e invenciones. Sobre la base de las ideas de Deleuze y Guattari, la crisis surge como un movimiento desestabilizador, que puede obligar la salida de los territorios conocidos, como también como asegurar microfascismos. Por otro lado, la crítica se discute en asociación con lo cuidado de sí mismo, de Michel Foucault, asociado con el logro de la autonomía, la capacidad para deshacernos de las racionalidades y tecnologías de poder de la sociedad actual. En esta perspectiva, la clínica puede actuar para silenciar la crisis, para tratar de normalizar las prácticas con modelos de sujetos. Pero también se puede agenciar con la invención para sostener las multiplicidades, las conexiones entre los diferentes elementos que tienen sus propias dimensiones y conservan sus diferencias. Por lo tanto, la crisis, clínica y crítica pueden formar planos de expansión de la vida.

Palabras clave: Micropolítica; Crise; Crítica; Clínica

Introdução

Esse texto originou-se do convite e da experiência como mediadora no evento “Temas em Debate 2016” promovido pela disciplina Teorias e Métodos em Psicologia Social III do Programa em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O que aqui vem escrito foi disparado pelas ideias contidas no texto que me foi enviado antes do encontro, escrito pelos alunos a partir de temáticas transversais a seus respectivos projetos de tese, em intercessão com a própria experimentação da mesa

redonda composta pelos doutorandos e por mim. Corresponde assim a um diálogo entre o lido, estudado e o experimentado, na direção de problematizar crise, crítica e clínica.

Vivemos tempos sombrios nos quais a subjetividade encontra-se cada vez mais gerida, vigiada e formatada. Nossa vida, em sua força de invenção, anda presa de variadas maneiras: no consumo, no saber, na saúde, em identidades glamourosas e sofisticadas. Consumimos cada vez mais formas de existir, moldadas pela miniaturização de poderes que agem a favor da nossa clonificação e do nosso

anestesiamento, recortando e moldando nosso desejo. Poderes moleculares sustentam formas dominantes, circulam e nos enlaçam, exercendo-se em relações móveis nos territórios aos quais pertencemos, determinando os espaços nos quais circulamos, o que compramos, como queremos ser. Nessa direção, Deleuze e Guattari (1996) atestam que somos segmentarizados por todos os lados em fôrmas que estacam a vida, que nos igualam a conjugar fluxos heterogêneos com o intuito de montar arranjos homogêneos e geralmente desvitalizados. Modelos compostos por linhas molares e também moleculares, que atuam por hierarquização, classificação e organização. No platô “Micropolítica e Segmentaridade”, os autores tentam escapar da forma dominante de pensamento da época, o estruturalismo, nesse momento entendido como verdade, e propor a ideia de funcionamento da realidade por conexões e produção, enfocando o molar e o molecular como dimensões justapostas. Macropolítica e micropolítica, que coexistem e insistem em sua indissociabilidade e processualidade, apesar de que “Boa ou má, a política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações, que a <<faz>>” (Deleuze & Guattari, 1996, p.102).

Cabe frisar que as linhas molares e moleculares que compõem essa duas modalidades de política são diferentes, estando presentes na complexidade de toda crise, embora não se distingam pelo tamanho, grande e pequeno. A diferença entre elas é qualitativa e se dá pela natureza do sistema de referência, por modos distintos de lidar com os fluxos da vida. Ou seja, temos um funcionamento que conjuga, homogeneiza, sobrecodifica, segmenta esses fluxos, operação peculiar da macropolítica e da micropolítica reativa, e também um funcionamento que flui, que associa fluxos diversos que escapam do homogêneo para criar e conectar, presente na micropolítica ativa.

Pelos segmentos, sejam eles compostos por linhas molares ou moleculares, somos controlados por um poder que possui efeitos, faz parte de nossas subjetividades e prolonga a reprodução de modos de existir, que aprimora sua parafernália repressiva e aumenta sua força ao desenvolver e determinar formas de viver. Os centros de poder agem não só no macro/molar, mas também no micro/molecular através de segmentações finas. Sua função é traduzir a intensidade e a heterogeneidade da vida em segmentos de linha, em territórios homogêneos e seguros, mesmo que temporariamente. Os segmentos atuam como modelos, como formas transcendentais e verdadeiras que nos

guiam e nos fazem habitar o conhecido. Esse processo ocorre na macropolítica, mas também na micropolítica, quando os fluxos se tornam microfascismos, quando o desejo deseja sua própria repressão. Isso porque o desejo agencia não só o novo, mas também microformações que buscam formatar, igualar, comparar, driblar a diferença e as fissuras que às vezes ocorrem nas linhas duras. “É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas” (Deleuze & Guattari, 1996, p. 93). Os microfascismos surgem com o medo e com as inseguranças pela molecularização das linhas duras que sustentam o molar e aparecem como uma micropolítica reativa. Frente às forças do fora-de-nós, o desejo é convocado a recobrar rapidamente seu equilíbrio, e o faz consumindo coisas, mas também consumindo modos de vida veiculados pela mídia, modelos transcendentais de sucesso e felicidade. “Desestabilizada, a subjetividade os idealiza e os consome, para mimetizá-los de modo a refazer-se rapidamente de um contorno reconhecível e livrar-se do seu mal-estar” (Rolnik, 2016, s/p).

Esses dois domínios estão em constante relação e é no segmento que os fluxos se esgotam, mas é também dele que parte uma nova criação. Todavia, essa

estratificação pode ser provisória uma vez que, mediante alguma circunstância e a ação das forças externas que a acompanham, esses fluxos podem se libertar e virar de novo diferença intensiva. Jamais se pode esgotar a intensidade que também nos compõe, sedimentar completamente os fluxos da vida nas formas que eles ocupam nos territórios, em determinadas situações, afetados por forças outras, esses fluxos se desprendem e vazam nas brechas dos segmentos, tanto molares quanto moleculares, micropolítica inventiva. Essas aberturas possibilitam desterritorializar, para que conexões com forças fora do território, com o heterogêneo se façam e linhas de fugas se formem, máquinas de guerra se instalem, sustentando invenções. O novo é intensidade de abertura e implica em forças da diferença e do devir que impelem a construir novas dimensões, a resistir à homogeneização dos segmentos, escapulindo dos territórios.

Nessas relações, a todo o momento ocorrem processos de subjetivação, embora a questão seja ver com o que esses processos se agenciam, se conectam e o que produzem e reproduzem. Podem se agenciar com estratos, segmentos, mas também podem operar por desterritorialização, conduzindo à criação. A desterritorialização permite que a subjetividade abandone o estrato, o

território no qual ela se instalava com certa pertença, e um agenciamento se faça. Quando inventivas, essas conexões correspondem a associações de intensidades e conduzem à constituição de um novo território. Quando reprodutivas, essas conexões se voltam novamente para o estrato e fazem o agenciamento perder a sua potência inventiva e seu nomadismo, em movimentos de territorialização, codificação. Desse modo, os agenciamentos produzem alianças e passagens entre territórios estratificados e linhas de fuga.

Essa é a trama da imanência em movimentos que acontecem associados denotando a consubstancialidade entre estrato e fluxo, entre pensamento e vida. A imanência é imprescindível para se pensar, na tentativa de sair do domínio de modelos transcendentais que se pretendem verdadeiros, determinam interpretações e representações através de causalidades e ir para o domínio da experimentação e das conexões. Nesse sentido, a experimentação define o que é pensar e resulta da tensão das linhas da realidade. Neste contexto, esse texto pretende problematizar crise, clínica e crítica apontando para uma imagem do pensamento, na qual a exterioridade desencadeia a potência através de complexas relações de forças, que não somente fluem, mas também se segmentam.

Modelos transcendentais versus forças imanentes

Há grandes embates a respeito da cientificidade das Ciências Humanas ou Sociais em contraposição às Ciências Naturais. Grosso modo, podemos distinguir duas vertentes opostas: uma que busca a uniformidade de procedimentos para compreender o natural e o social como condição *sine qua non* para designar o que é científico; outra que reivindica a diferença e a singularidade presentes nessa condição.

A primeira vertente designa, de acordo com Morin (1983), um paradigma da simplificação que insiste em estratificar a complexidade em operações de disjunção e da redução, para capturar a heterogeneidade em agenciamentos reducionistas que ocupam territórios nos quais a complexidade vê-se banida. Segmento-redução. Em contrapartida, quando conhecer não se separa do viver, presenciamos um pensamento que não pretende buscar a verdade e tampouco se encaixar em modelos que funcionam para separar natureza/cultura, objetivo/subjetivo, quantitativo/qualitativo. Assim, o pensar se liga coma vida, ao apostar na transitoriedade dos segmentos, tentando se desvencilhar das certezas e dos reducionismos, para perseguir a complexidade. Máquina-complexidade.

Explorar a complexidade é investigar as composições que se fazem mediante uma pluralidade de perspectivas e de conexões, evidenciando o que potencializa e o que restringe certas formas de ação. Para tal, mudanças irrompem no pensamento científico contemporâneo embasadas na premência de lidar com o acaso, com o indeterminismo, com a incerteza, no movimento denominado Novos Paradigmas. Mutações na física, na biologia, na cibernética, no seio das ciências ditas duras, que se põem a conversar com as ciências humanas e com a filosofia.

Na Física contemporânea, Ilya Prigogine e Isabelle Stengers formulam a teoria das estruturas dissipativas (Prigogine & Stengers, 1984). Nas pesquisas de Ilya Prigogine, prêmio Nobel de Química de 1977, com seus estudos dos sistemas em não equilíbrio, revela-se que o determinismo não se aplica à natureza e que o surgimento de certas ordens está diretamente relacionado com as desordens. Partindo das Ciências Naturais e adentrando no questionamento do saber científico, os autores salientam que esse saber está inserido em um processo aberto de produção e invenção, pautado no acaso e na inclusão do tempo como variável, em uma crítica à ciência tradicional em sua procurada verdade via aquisição da inteligibilidade do mundo. Ou seja, o preço

para alcançar o objetivo da ciência tradicional é manter relações ilusórias com esse mundo, na crença de que os saberes objetivos, empíricos e instrumentais são os únicos saberes que nos permitem abarcar com cientificidade os fenômenos que nos afetam. Contrário a essa proposta, o físico, através dos seus trabalhos no campo da instabilidade dinâmica, afirma que o caos é uma constante, sendo a probabilidade e a irreversibilidade, características da realidade.

Convidados a deslocarmo-nos no não equilíbrio, no qual uma incompatibilidade entre as partes desencadeia o processo, somos lançados para bem longe da constância, em zonas de turbulência, em flutuações que se tornam cada vez maiores, produzindo bifurcações que podem chegar a formar uma nova estrutura. Esta é chamada de estrutura dissipativa e tem a propriedade de auto-organização, sendo iniciada, pela bifurcação do sistema. “Chama-se bifurcação ao ponto crítico a partir do qual um novo estado se torna possível.” (Prigogine & Stengers, 1984, p. 122). O aumento de dissipação de um sistema amplia também a classe de flutuação que o conduz à instabilidade; jogos de flutuações que podem, em condições específicas serem amplificadas. Todas essas flutuações vão tender a não mais colocar o sistema no estado anterior, mas a intensificar-se e

assim permitir que outro estado se instale. Tudo isso sem conseguirmos prever qual das múltiplas flutuações será avivada. Nessa perspectiva, a ciência ocupa um território em que o novo caminha de mãos dadas com o caos.

Distante de uma leitura dominante de crise, que conduziria a uma instabilidade nefasta, a um desequilíbrio que poderia levar à inércia ou até mesmo à destruição, Prigogine e Stengers (1984) destacam que a ordem e a desordem não se apresentam como opostas, mas sim como inseparáveis. Longe do equilíbrio, os processos irreversíveis são fontes de coerência, apresentando fenômenos de autopoiese. Portanto, um sistema, à medida que aumenta o seu afastamento do equilíbrio, pode atravessar múltiplas zonas de instabilidade em que seu comportamento se transforma de maneira qualitativa. Essa transformação ocorre em pontos de bifurcação, nos quais emergem novas ramificações responsáveis pelo surgimento de novos estados de matéria. As escolhas entre as ramificações correspondem a um processo aleatório e são muito sensíveis a pequenas perturbações. Todo esse processo ocorre no molecular, embora seu produto se faça notar no molar.

No encontro entre o aleatório e a potencialidade organizada, forma-se uma urgência de reorganização, uma

necessidade de construção de outros dispositivos. Reorganizando-se, essa potencialidade acolhe, em sua auto-organização e autonomia, o acaso, sendo produto e produtora de outros sistemas, fundamentada em processos de recursividade, propriedades pautadas nas relações, na inventividade, na complexidade. Processos de transformações irreversíveis e não homeostáticas, definindo sistemas autônomos que não se submetem a interações instrutivas, nem a comandos, e tampouco são determinados pelo meio, mas sim por sua estrutura autopoietica.

Passando a examinar a crise que vive nosso país e também o mundo, podemos pensar que este engendramento da vida se dá através de modos de conexão distintos que geram efeitos diferentes. Ao discorrer sobre o momento político atual, Rolnik (2016) chama a atenção para dois tipos de experiência que fazemos do mundo: uma que acolhe as formas do mundo em seus contornos atuais, em sua cartografia cultural vigente e outra que advém da experiência com as forças de fora, que agitam o mundo e desestabilizam nossa subjetividade. Experiências imanentes que, com certeza, geram tensionamentos. As experiências do fora nos perturbam, nos sacodem, conseguem nos causar estranhamentos e mal-estar e nos colocar em crise. Essas experiências

nos lançam em estados que nada têm a ver com as formas dominantes e superiores nas quais nos reconhecemos, já que são seu limite: remetem ao que escapa aos modelos transcendentais e inclusive pode levar à transformação destes.

Pensar dessa maneira é operar por rizoma, rede de relações que se autoengendra por agenciamentos com os mais variados elementos da realidade, aos quais se conecta e reconecta a todo instante, não se reportando a uma unidade (Deleuze & Guattari, 1995). Essa dinâmica de autoprodução é incessante e nos remete a forças/fluxos que não têm forma e nem limites pré-determinados. Tal concepção atribui à subjetividade um caráter mutável, permite deslocamentos que se libertam das estruturas cristalizadas calcadas em normas e padrões reprodutivos e que impedem a criação. Subjetividade concebida não só em termos de interioridade, mas, sobretudo, de exterioridade, de forças impessoais que perturbam e abalam.

Nessa experiência de desestabilização, que pode ser apreendida em sua imanência entre caos e cosmos, entre racionalidades, repetições e intensidades e estados inéditos, como insiste Guattari (1992), observamos uma heterogênesse, um processo de complexificação dos modelos e dos segmentos. Processos no qual estão justapostas totalidades e diferenciações, ao

mesmo tempo. Forma de pensar, viver e experimentar a crise que se baseia em um paradigma ético estético e político. Ético por se referir ao exercício do pensamento que busca situações e acontecimentos como potencializadores ou não da vida, estético por buscar a apreensão da subjetividade em sua dimensão de criatividade processual, e não em modelos e formas transcendentais e político pelo movimento assíduo de mapeamento dos planos de forças presentes nas situações, analisando os efeitos produzidos, os sentidos que ganham forma nos agenciamentos (Guattari, 1993). Composição de forças que nos faz não temer a crise, mas vê-la como uma possibilidade de insurreição da potência que instaura a diferença, de formação de uma bifurcação autopoietica que não deseja o retorno a um estado de equilíbrio. Campo imanente de invenções e construção de saídas produtivas.

No último capítulo de *O anti-Édipo*, Deleuze e Guattari (s/d) desvelam as tarefas da Esquizoanálise, a saber: raspagem ou curetagem que corresponde a uma crítica ao *modus vivendi* atual, fundamentada pela imanência e pela produção da realidade como os autores a concebem, na busca dos mecanismos de controle e de reprodução através da identificação do que se repete e a produção de dispositivos que consistiria em operar

para produzir novas maneiras de viver e de pensar, combate ao poder opressão, com a proposta de invenção maquínica que instala o poder potência. Nesse sentido, a ideia de crítica torna-se inseparável da invenção, do engendramento de processos criativos através de agenciamentos potentes. Em seguida, discutimos a crítica como vetor de enfrentamento e transformação.

Sobre a importância da crítica

O filósofo Michel Foucault traz uma leitura do poder como positivo, ao fundar e produzir modos de subjetivação, muito mais do que tirar, punir os indivíduos que não obedecem às regras sociais. Nessa direção, defende a instalação do poder sobre o homem enquanto ser vivo, a partir da modernidade e da ascensão e consolidação da ciência. Esse poder, denominado biopoder, corresponde a um processo no qual o castigo foi substituído pela fiscalização (Foucault, 1999). O biopoder, poder sobre a vida, pode ser definido como um "[...] poder que se incumbiu tanto do corpo como da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população." (Foucault, 1999, p. 302). Para tal, possui dois eixos: o poder disciplinar atua sobre os indivíduos e os corpos e encontra boa parte da sua

sustentação no sistema racional e científico da sociedade moderna, e a biopolítica que tem como área de atuação a população e é auxiliada por mecanismos de regulamentação da natalidade, da mortalidade, das capacidades biológicas, dos efeitos do meio.

Em sua fase intitulada “Genealogia do Poder”, Michel Foucault explora a ideia de que o poder e o saber atuam sobre o corpo e o espaço, controlando-os. Essa é a base do poder disciplinar, que produz indivíduos dóceis e úteis afetados por relações de poder, através de observações, normalizações, medidas comparativas, dentre outras. Nesse sentido, as práticas sociais possuem domínios de saber e de poder dos quais não podemos nos esquecer.

Em seguida, ele desenvolve a fase “Práticas de Si” através de três eixos analíticos que se correlacionam: saber, poder e subjetivação, discutindo também a crítica, como um dispositivo de escape da submissão advinda dos efeitos dessa associação. Dessa maneira, de acordo com Ferreira Neto (2015), efetua um deslocamento em relação à temática do poder, distanciando-se de Nietzsche e do seu modelo de guerra, para definir o poder em termos de governo e governamentalidade. A governamentalidade sucedeu o conceito de biopolítica, não mais usado depois de

1979, explorando as concepções modernas de poder através de uma nova grade analítica, que considera a macropolítica e a emergência da população, para ser ajudada e tratada, como campo de intervenção estatal. Essa postura é sustentada pela emergência da medicina social como matriz de normatização social e condução da vida individual e coletiva, no século XVIII.

Para estudar a governamentalidade, Foucault (2009) faz uma genealogia dos Estados Modernos, analisando sua formação e mostrando que o Estado se constitui através de suas práticas, de suas racionalidades e tecnologias de poder, e sua história deve ser feita através das ações dos homens, não tendo cisões entre o nível de micropoder e o nível do macropoder. O autor defende que esses níveis apresentam-se associados, anulando desse modo, sua apreensão em posições antagônicas. Deve ficar claro que a governamentalidade não é a mesma coisa que ‘reinar’, ‘comandar’ ou ‘fazer a lei’, mas sim está ligada à arte de governar, a um exercício de poder que consiste em “conduzir condutas” que se dão em um meio, em um campo de relações, ordenando probabilidades, estruturando o eventual campo de ação dos outros. Assim, governam-se os indivíduos em suas relações com o meio, consigo mesmos, com os outros, em seus hábitos, costumes, suas formas de existir e de

pensar. E para bem governar, ao invés de imposições, passa-se a fazer uso crescente de táticas que permitem administrar coletivamente os fenômenos da população e, ao mesmo tempo, administrar a população com sutileza e em cada detalhe, sobretudo detalhes subjetivos e subjetivadores, em prol de um bem maior.

No entanto, a ideia de governar os outros explicita outro domínio, o de governar a si mesmo. Ao estudar os gregos, atraído pelos modos antigos de subjetivação e as possibilidades de liberdade, Foucault (1988) afirma que o cuidado de si é indissociável do governo dos outros. A relação com os outros é uma maneira de exercitar nosso eu político, pois para cuidar bem de si é necessário relacionar-se com os outros. Enfatizar o governo de si mesmo levou Michel Foucault a conceituar o cuidado de si, que se desvencilha de uma leitura individualista, e sustenta uma força de resistência, de uma não passividade e de um desprendimento do conformismo. Vale lembrar que a governamentalidade, o ato de conduzir os outros mediante a arte de governar, não implica que esse outro seja passivo, mas sim que este é um sujeito de uma inquietação permanente, desassossego que traz consigo a possibilidade de contracondutas. Desse modo, o cuidado de si está situado na relação de forças do eu e dos outros, garantindo contracondutas,

para não ser governado de determinada maneira:

Governar é agir sobre si mesmo, em vistas de se posicionar criticamente diante de quaisquer ações de condução. Inexistem relações de governo que não sejam aquelas exercidas sobre sujeitos livres que dispõem de um campo plural de possibilidades e alternativas. Essas alternativas se estendem, desde a aceitação de uma determinada condução até a constituição de contracondutas ao modo como ela é exercida. As contracondutas são elevadas a novo ponto de partida, diante das diferentes relações de governo; elas designam um cuidado político de si, porque o sujeito é constituído como tal em virtude da relação política do governo de si mesmo em face do governo dos outros. (Candiotto, 2010, p. 161).

Nesse contexto, o governo se caracteriza como dimensão de exercício de poder como condução de condutas e de probabilidades, através de modos de ação calculados, para agir sobre as ações dos outros indivíduos, porém é preciso salientar que nesse processo está incluso também a possibilidade desse indivíduo efetuar operações e posicionamentos para se transformar. Ou seja, uma relação não normativizável consigo mesmo é alternativa às práticas normalizadoras. As relações de força não são incontornáveis e o exercício de lidar com a liberdade é uma tarefa política inerente a toda existência.

Cuidar de si é deixar padrões e normas nos movimentar para um dessasujeitamento, para a construção ativa de uma vida bela.

Observamos assim, a ideia de política como ética, realizando análises que incidem sobre as relações de poder presentes nas relações humanas, poder que pode se exercer entre indivíduos, em uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político. Na entrevista de 1984, “A ética do cuidado de si como prática de liberdade”, Foucault (2004) insiste que o centro de seus estudos sempre foi como o sujeito se insere nos jogos de verdade, seja da ciência ou modelo científico seja os jogos de verdade encontrados nas práticas de controle ou nas instituições. Nessas relações de força, além do biopoder que assujeita e normaliza as condutas, encontram-se também as condições de possibilidade de um sujeito com chances de recusa, de não submissão e de resistência, de não ser governado, de se opor ao saber dominante. Essa capacidade vem da crítica, desenvolvida pelo cuidado de si que implica outro jogo de forças do eu consigo mesmo. O indivíduo deve reconhecer seus desejos e ambições, mas também, e, sobretudo, suas chances de contracondutas constituídas pelas práticas de liberdade que limitam tais desejos e ambições. Para tal, precisamos tomar distância de nossa identidade pré-estabelecida, muitas vezes atravessada por

verdades e práticas discursivas da ciência, descuidando-se do nosso eu normalizado. Esse processo deixa aflorar as relações do si com as estruturas mais amplas de poder e nos permite libertar a nós mesmos das capturas da sociedade atual.

Desse modo, nas relações de poder temos também as práticas de liberdade, pois em sua natureza encontra-se a modificação da ação pela ação o que possibilita que o sujeito possa atravessar esse campo de maneiras novas e criativas. Desse modo, a resistência deve ser compreendida não só em termos de relações de forças antagônicas, mas também em termos de uma travessia criativa do campo de ação possível. Tal resistência possível, não é meramente uma oposição, mas está ligada à conquista de autonomia da subjetividade, dentro de um conjunto de instituições e práticas, por meio da crítica (Hartmann, 2003).

Assim uma perspectiva crítica, que seria a sustentação da ética, implica na análise das relações entre discursos e práticas presentes em uma sociedade. Seja como crítica à representação e aos modelos transcendentais através de uma imagem do pensamento rizomática, seja como dispositivo do cuidado de si, a crítica é essencial para a possibilidade de invenção e de enfrentamento de uma ideia de crise que despotencializa, subjuga e nos deixa ressentidos. Temos que estar atentos aos

afetos que circulam entre os corpos, nas relações que firmamos e em seus efeitos.

Através da crítica, podemos nos aproximar da crise como possibilidade de desestabilização, deixando aflorar os afetos que ela nos convoca. Não nos deixar anestesiado por uma macropolítica asséptica, quemuitas vezes é sustentada por microfascismos que fazem o desejo se agenciar com estratos instituídos, verdades, modos-indivíduo, que favorece direcionar a crise para o controle, submissão, gerência da subjetividade, anestesiando o fora-de-nós e suas desestabilizações, neutralizando assim a ação e a potência nela contida, tornando-nos seres meramente reativos. E estar atentos a esses efeitos, mantendo contracondutas que não se deixam paralisar e sim correspondem a ações de resistência na dimensão micropolítica.

Clinica ética política estética

Partindo de uma leitura de imanência e crítica, podemos pensar que a clínica onde quer que ela seja feita, nos espaços tradicionais dos consultórios particulares, nas inserções desafiadoras das políticas públicas ou exercida com as próprias instituições, corre o risco de silenciar a crise, controlar nossos clientes, submetendo-nos às teorias e produzindo a ideia de que as subjetividades que tratamos são incapazes de se cuidar. Corremos o

risco de, imersos em microfascismos que nos são apresentados e aos quais fazemos adesão já em nossa formação, buscar uniformizar condutas, igualar formas de agir a modelos de sujeitos encontrados nos textos que estudamos e que atuam como norma, como ideias construídas às quais se concede o *status* de verdade. Como indica Foucault (1999), desde a modernidade a ciência tem como foco de ação o indivíduo, que passa a ser constituído enquanto sujeito de saber e resultado das relações de poder, moldado pelas disciplinas mediante estratégias e discursos tidos como verdadeiros. Essas verdades transitam por todos os eixos do poder e em torno das quais as pessoas são estimuladas a moldar e a fabricar suas vidas, seu cotidiano, instaurando um conjunto de relações de saber e poder que tem uma função estratégica de gerenciar a vida, deixando que a vigilância e a padronização se exerçam.

Para rastrear esses processos que ocorrem tanto na macropolítica quanto na micropolítica reativa e pensar formas de enfrentamento, também é preciso que certa crítica se desenvolva, para que os tensionamentos entre as linhas molares e moleculares possam se expressar, avaliando o que o nosso saber e o nosso poder produzem em nós e em nossos clientes como objetos de saber e poder. Podemos pensar ainda que a maioria dos

dispositivos de verdade estabelece governar em nome da vida, do seu cuidado e de sua preservação, na direção de uma governamentalidade. Mas, não podemos nos esquecer de que operam a partir da submissão da vida e da produção de processos de subjetivação totalitários.

Tendo a crítica como ponto de partida para favorecer o deslocamento da reação para a ação, podemos refletir acerca das formatações que trazemos conosco e são sustentáculos de nossos microfascismos, para efetuarmos práticas mais libertárias. Na imanência de poderes que operam para opressão e poderes que deflagram potências, a clínica também pode se agenciar com a invenção. A partir da crítica, podemos firmar um campo de problematização que dá na articulação do molar e do molecular, que atuam a todo instante no espaço terapêutico. Multiplicidades que circulam entre as subjetividades envolvidas no processo, embaralhando planos e forças, deixando aflorar uma dimensão invisível, um espaço potencial entre as subjetividades. Nessa mistura, há um afetamento pela exterioridade, deixando-se privilegiar o “entre” dos movimentos, dos devires, independente da formação teórica do terapeuta e do local de atuação.

A clínica é composta por linhas molares que corporificam a multiplicidade e atornam cristalizada em normase

hierarquias que compõem as verdades das teorias e o lugar demarcado do especialista, formando a macropolítica desse território. E também e ao mesmo tempo, linhas moleculares, sistema de intensidade, que expressa o intensivo tanto para reproduzir em segmentações finas as normas e a obediência, favorecendo ainda mais o endurecimento e a segmentaridade da macropolítica quanto para produzir novos mundos, a partir de agenciamentos com a diferença, passagens entre desassossegos, incômodos e estranhamentos. No molecular, não interessa qual é a teoria que guia o especialista na clínica, apenas deve-se pensar, criticamente, como a teoria funciona, pois seu uso deve ser sempre em defesa da vida e jamais para sua formatação. Nesse engendramento, podemos pensar a teoria como um dos vetores para liberar forças, como um dos elementos do plano de imanência, conectando heterogêneos incorpóreos que garantem a experimentação nessa relação. Dessa maneira, ter uma postura crítica na clínica é acompanhar os efeitos das intervenções efetuadas indagando em que circunstâncias estas operam como vetor de conservação e em que circunstâncias operam para ativação de autonomia, para a criação.

Para além das dimensões de causalidade existentes nas formações e produções de conhecimento dominantes,

investe-se em processos inventivos, deslocamentos subjetivos que ampliem bifurcações como entendidas por Prigogine e Stengers (1984), pois o mundo se cria a cada instante em modelos de verdade, mas também e, sobretudo, em formas de subjetivação inventivas que escapam das normas e dos endurecimentos. Essa micropolítica ativa e não mais reativa, atualiza virtuais, nós de forças que acompanham as situações, a partir de estalos de objetos incorporais presentes na alteridade, na condição maquínica dos encontros. Esses movimentos são propiciados por agenciamentos. O agenciamento é passagem “entre”, quando é inventivo, ao mesmo tempo em que integra a composição de um território quando é estratificado. Dessa maneira, comporta linhas de segmentaridade/territorialização e linhas de fuga/desterritorialização. A criação do novo é uma experiência que só pode se dar na singularidade de cada encontro, nos embates entre forças expansivas e reativas, na concretude da existência, a partir do agenciamento com forças que vêm de fora. Assim,

Cada indivíduo deve lidar com grandes agenciamentos sociais definidos por códigos específicos que se caracterizam por uma forma estável e por um funcionamento reprodutor (...) Esse é o polo estrato dos agenciamentos (...) Mas,

por outro lado, a maneira como o indivíduo investe e participa da reprodução desses agenciamentos sociais depende de agenciamentos locais, “moleculares”, nos quais ele próprio é apanhado, seja porque, limitando-se a efetuar as formas socialmente disponíveis, a modelar sua existência segundo os códigos em vigor, ele aí introduz sua pequena irregularidade, seja porque procede à elaboração involuntária e tateante de agenciamentos *próprios* que ‘decodificam’ ou ‘fazem fugir’ ao agenciamento estratificado (...). (Zourabichvili, 2004, p. 20)

Nessa coexistência apostamos na criação no território clínica, pensando-a como ética, estética e política, como dispositivo de potencialização da vida, de apreensão da subjetividade em sua dimensão de criatividade processual e do mapeamento das forças, examinando o que foi produzido. A invenção é ato de enunciação, que não se embala em modelos transcendentais, a partir dos quais se julgam posturas como boas ou más. O ato de enunciação sustenta composições que ultrapassam o instituído, a macropolítica, desvelando um campo de sensações e afetamentos que podem tanto potencializar quanto minar. Isso porque, movidos pela potência e pela imanência, os corpos encontram-se em relação permanente, produzindo encontros. Quando estes se aproximam, estabelece-se uma relação que tem efeitos. Essa conexão

pode ser compatível e compor um todo mais potente, constituindo uma nova relação, mas também pode se decompor, despotencializando e alterando a coesão da nossa subjetividade, intoxicando-nos. Quando um corpo convém ao meu, sua potência se acrescenta à minha, ampliando, minha potência de agir, propiciando o exercício da vida em sua essência, na expressão de uma relação nova e mais intensa. Porém, quando um corpo é inconveniente ao meu, exatamente porque sua potência se opõe à minha, o encontro com ele faz com que aflore a minha potência de padecer, de sofrer, que me separa da vida e me torna passivo, reativo.

Potencializar, nos lançarmos e lançar as pessoas com as quais intervimos na ação, tornando-nos todos potentes é entender a clínica como espaço de invenção permanente, como um território de compromisso com a diferença e com as forças em relação. Nesse sentido, a clínica funciona como um dos intercessores para processos de subjetivação, nos quais os membros atuam como parceiros, como aliados em um projeto coletivo de realização dessas forças.

Considerações finais

Crise, crítica e clínica também são imanentes na produção de conhecimento, pois toda pesquisa também é um projeto

coletivo do qual fazem parte forças ativas e reativas, que operam para reproduzir e inventar, sendo que os conceitos devem ser usados para serem incorporados aos movimentos de criação do campo problemático que se quer conhecer. Acredito que o rigor tanto no campo da clínica quanto no plano de produção de conhecimento está na sustentação desse desestensionamento, das pressões exercidas por essas forças ao longo desses processos. Para tal, precisamos localizar em que situações se encontram as verdades da macropolíticacientífica e sua conservação cotidiana pelos microfascismos das vaidades, superioridades e desqualificação de modelos diferentes, para, em movimentos de raspagem e curetagem, permitir conexões e alegrias na aventura de conhecer, para desnaturalizar a ciência instituída e criar dispositivos para resgatar projetos e relações que insistem na capacidade de criação, apostando no pensamento como heterogênese, fruto do movimento de encruzilhada e bifurcações que ampliam a vida. Movimento que deflagra no cotidiano, acontecimentos através das desestabilizações do pesquisador com o campo, com os impasses da realidade, com a teoria, com a vida, com as relações acadêmicas, dentre outros.

Sermos clandestinos em nossas próprias práticas, deixar que os agenciamentos inventivos e não totalitários se ramifiquem, proliferem rizomaticamente em um circuito vivo e expressivo, que atuem como um dispositivo para formar planos de expansão da vida. Expandir a vida é expressar e encarnar as sensações que o "entre", os meios estão produzindo nas subjetividades, deixando que as desestabilizações se façam. Isso que a crise exige de nós.

Referências

- Candiotto, Cesar. (2010). Ética e política em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, 33(2), 157-175. Recuperado em 18 de setembro de 2016 do <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732010000200010>
- Deleuze, G. & Guattari, F. (s/d). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, s/d.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). Micropolítica e segmentaridade. Em: G. Deleuze e F. Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (v, 4, pp. 83-115). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). Introdução: rizoma. Em: G. Deleuze & F. Guattari. *Mil Platôs:*

- capitalismo e esquizofrenia* (v. 1, pp. 11-37). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Ferreira Neto, J. L. (2105). Retraçando os deslocamentos de Foucault: o lugar dabiopolítica e dagovernamentalidade. *Psicologia em Estudo*, 20(3), 365-376. Recuperado em 15 de abril de 2016 do http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/27190/pdf_62
- Foucault M. (1999). Aula de 17 de março de 1976. . Em: M. Foucult. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* (pp. 285-319). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault M. (1988). História da Sexualidade II: *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal.
- Foucault M. (2004). *Microfísica do poder*. 20 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault M. (2009) *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed.34.
- Guattari, F. (1993). *Guattari, o paradigma estético*. Entrevista concedida a Fernando Urribarri. *Cadernos de Subjetividade*, 1(1), 29-34.
- Hartmann (2003). Power and resistance in the later Foucault. *Anais 3rd annual meeting of the Foucault circle*, John Carroll University, Cleveland, OH. Recuperado em 19 de novembro de 2012 do http://mypage.siu.edu/hartmajr/pdf/jh_fouccirc_03.pdf
- Prigogine, I & Stengers, I. (1984). *A nova aliança: a metamorfose da ciência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Morin, E. (1983). *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Rolnik, S. (2016). *A hora da micropolítica - Entrevista Suely Rolnik*. Recuperado em 30 de setembro de 2016 do Goethe Institut, site <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/rul/20790860.html>.
- Zourabichvili, F. (2004). *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: RelumeDumará.

Roberta Carvalho Romagnoli: Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Pesquisadora CNPq (Bolsista de
Produtividade Nível 2).

E-mail:robertaroma1@gmail.com

Enviado em: 21/10/16 – **Aceito em:** 27/04/17
